

ARTIGO DOSSIÊ

CIDADES E TENSÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM SÃO PAULO E A RETOMADA DOS TERRITÓRIOS DE LUTA EM TEMPOS DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

CITIES AND TENSIONS: URBAN SOCIAL MOVEMENTS IN SÃO PAULO AND THE REPOSSESSION OF DISPUTED TERRITORIES IN TIMES OF CAPITAL GLOBALIZATION

FABIANA SCOLESO*

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de mundialização do capital e a atuação do Estado neoliberal brasileiro no princípio da década de 1990 assim como as contradições iminentes deste processo que colaboraram para o ressurgimento dos movimentos e lutas sociais no país. É fundamental compreendermos como os movimentos sociais assumiram não apenas uma nova forma de ser do seu protagonismo como também romperam com seus tradicionais espaços de luta ocupando novos lugares e territórios. Nos últimos vinte e seis anos, presenciamos o surgimento de expressivos movimentos como o Movimento Passe Livre e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto que se transformaram na referência crítica contra o modelo de mobilidade urbana e imobiliário que marginaliza e exclui grandes parcelas da população ao acesso e direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVES: mundialização do capital, neoliberalismo, cidade, movimentos sociais.

ABSTRACT

This article analyzes the process of globalization of capital and the role of the Brazilian neoliberal state in the early 1990s, as well as the impending contradictions of this process that have contributed to the resurgence of social movements and struggles in the country. It is fundamental to understand how the social movements have assumed not only a new way of being of their protagonism but also they have broken with their traditional spaces of struggle occupying new spaces and territories. In the last twenty-six years, Brazil has witnessed the emergence of expressive movements such as the Free Pass Movement and the Homeless Workers' Movement that have become the critical reference against the model of urban and real estate mobility that marginalizes and excludes large portions of the population from access and Right to the city.

KEY WORDS: globalization of capital, neoliberalism, city, social movements.

No último quarto de século presenciamos a construção de um novo cenário. O avanço da programática neoliberal em grande parte dos territórios do globo terrestre colaborou com a criação das condições necessárias para a formatação de uma nova geopolítica da divisão internacional do trabalho e para a construção de uma hegemonia ideológica fundamental de expansão das fronteiras da financeirização constituindo, assim novas relações internacionais.

A ampliação das fronteiras do mercado provocou enormes transformações estruturais das economias e nos Estados que articularam e passaram a desregular suas leis a fim de integrar seus sistemas à economia global sob a hegemonia dos Estados Unidos da América. Instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) colaboraram intensamente para o desmonte dos componentes do chamado Estado de Bem-Estar Social e criaram as condições políticas necessárias para a integração das economias.

As novas premissas neoliberais serviram como base para a montagem e construção de um novo sistema financeiro, regulado pelo grande capital e viabilizado pelos Estados através de novas formas institucionais,

A expressão ‘mundialização do capital’ é que corresponde mais exatamente à substância do termo em inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades e serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e condutas ‘globais’. O mesmo vale, na esfera financeira, para as chamadas

operações de arbitragem. A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real. Mas baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às ‘benesses das finanças de mercado’.¹

Nos primeiros anos da década de 1990, no Brasil, as grandes empresas, fundamentalmente as que atuam no ramo metalúrgico e bancário, viveram tempos de intensa mudança nos paradigmas da produção, da gestão da força de trabalho e da introdução de novas tecnologias.

A entrada relativamente tardia do país no campo mais avançado do neoliberalismo tem explicação. Os vinte e um anos de ditadura militar, somados ao processo de “redemocratização”² do país, travaram uma maior e mais expressiva reorganização das formas de produção, da organização do trabalho e da adequação da produção às exigências do mercado internacional e uma efetiva mudança constitucional. Muito embora algumas empresas, por iniciativa própria, tenham instituído no interior dos seus processos estratégias mais modernas de produção, elas conviveram com formas antigas formando um misto de fordismo/toyotismo sem grandes resultados práticos, principalmente no que tange a integração dos mercados, regional e internacional.

Tornavam-se cada vez mais necessários ajustes políticos que permitissem a entrada maciça de novas tecnologias, estruturas específicas de gestão e produção. Além disso: era necessário que o governo federal

se tornasse ativista na composição de novas leis e na regulamentação de novos programas de incentivo à modernização.

A década de 1980 nos oferece bons componentes de análise para estabelecer os caminhos que levaram o Brasil para o neoliberalismo. É preciso recorrer a este período como forma de reconhecer nele as premissas e os determinantes políticos que consolidaram novos instrumentos jurídicos que permitiram ao Estado e ao capital nacional e estrangeiro reconfigurar suas ações como forma de se integrar aos novos ditames da nova acumulação capitalista mundializada e financeirizada.

O neoliberalismo adquiriu caráter supranacional e as políticas operadas diante do esgotamento do modelo de substituição de importações não foi uma mera adequação ao processo de mundialização porque expressa, também, o teor estratégico das decisões governamentais e os interesses em disputa.

A partir da década de 1980, a agenda neoliberal tornou-se progressivamente hegemônica no Brasil, observando-se paralelamente a ascensão das ideologias pró-mercado. No plano teórico, a ênfase nos argumentos neoclássicos e neo-utilitaristas reforçaria a rejeição do modelo de Estado desenvolvimentista que, no passado, inspirara a trajetória da industrialização substitutiva de importações. Este seria crescentemente percebido como símbolo do atraso, expressando uma era que se esgotara. A discussão sobre modernização e atraso adquiriu centralidade, apontando-se o retorno à perspectiva liberal como um imperativo dos novos tempos. Como é sabido, trata-se de um debate fortemente influenciado pelas conjunturas internacionais, em suas flutuações ao longo do tempo. Os sinais emitidos por esses movimentos cíclicos amplificaram-se no espaço internacional, repercutindo em vários países e definindo novos

parâmetros para noções de modernidade e pós-modernidade³.

Desde o início da década de 1980 havia uma pressão internacional para que a reestruturação do Estado e dos vários grupos econômicos, em especial o setor bancário, que exerciam seu poder por alterações das políticas, pudessem dar condições para a expansão de seus interesses e redimensionar a capacidade de financeirização. As elites empresariais ligadas ao comércio e a indústria adotaram uma postura mais ativista e suas federações e associações espalhadas pelo país procuraram eleger seus membros nas eleições de 1987⁴.

O posicionamento ideológico das elites empresariais constituiu uma alternativa de grande força para pressionar o governo a adotar os parâmetros que fortalecessem o mercado e impedisse a aprovação de direitos trabalhistas. Das inúmeras associações criadas no período destacam-se aquelas que se formaram com o objetivo de representar o empresariado brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte instalada no dia 1º de fevereiro de 1987 e que promulgaria após 20 meses a atual Constituição de nosso país. Apesar do efusivo discurso do então presidente da Assembleia Ulysses Guimarães, a UBE (União Brasileira dos Empresários) e também o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) se juntaram a fim de impedir avanços nas políticas sociais.

Como centros de difusão ideológica do neoliberalismo, os Institutos Liberais se constituem numa forma peculiar de organização de determinadas frações empresariais da burguesia brasileira, cuja trajetória de inserção corporativista no Estado teve grande relevância na sua construção histórica. Diferentemente das organizações corporativas, que negociam diretamente com o

Estado os interesses da burguesia, ou das associações setoriais, que defendem interesses econômicos específicos de setores industriais ou financeiros frente ao Estado, os Institutos Liberais se constituem com como entidades civis que tomam como eixo central de sua atividade a ideologia, a difusão de uma concepção de mundo entre os segmentos dominantes da sociedade. Aqui não se trata de defender interesses econômicos imediatos e sim, da tentativa de construir a hegemonia burguesa, de difundir o neoliberalismo como uma concepção de mundo que transforme os preceitos do livre mercado em “pensamento único”⁵.

Durante as décadas de 1980 e 1990 os pressupostos neoliberais prevaleceram no interior dos sindicatos patronais e nas federações, sobretudo na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). É a formação de um grupo empresarial inclinado pela recomposição e reconfiguração do capital e pela defesa de um programa que abrange desde as privatizações até as reformas previdenciárias e trabalhistas, que constituíam suas noções de estabilidade monetária e liberalização econômica. Esta é uma base importante de entendimento para as questões que retornaram a agenda deste grupo nos últimos anos (2014, 2015 e 2016) e que precisam ser compreendidas na dimensão do que se tornou o Estado brasileiro na composição de suas bases aliadas. Sem dúvida a recomposição de forças desta esfera política e sua presença cada vez mais acentuada em cargos estratégicos do governo demonstram o grau de neoliberalização, expresso atualmente no rentismo, ao mesmo tempo em que indica o grau e os motivos da corrosão dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários do povo brasileiro e o tom cada vez mais mercadológico das ações do Estado.

É diante desta composição de forças que os movimentos sociais têm se ampliado nos últimos anos evidenciando não apenas as tradicionais bandeiras de lutas, como também uma série de outras novas demandas que, com o neoliberalismo, passaram a ter mais projeção e ocuparam importantes espaços na esfera universitária e nos inúmeros grupos e coletivos que se espalharam pelo país, ganhando visibilidade principalmente porque romperam com os tradicionais espaços de discussão (sindicatos, organizações de bairro...) e alcançaram novos territórios de discussão.

A cidade não incorporou as lutas sociais, mas é nela, em suas ruas, o lugar onde tudo converge. Foram as lutas que incorporaram a cidade como espaço de manifestação e de busca por direitos, por representatividade e identidade, dando visibilidade ao que muitas vezes passa despercebido pelo olhar e pelo sentimento. Como indica Henri Lefebvre⁶ a produção espaço social é a materialização da existência humana, uma dimensão da realidade. Portanto, o território, que só pode ser compreendido na sua multidimensionalidade é necessariamente lugar das mudanças paradigmáticas e da conflitualidade.

O termo ‘cidade’ tem uma história icônica e simbólica profundamente inserida na busca de significados políticos. A cidade de Deus, a cidade edificada sobre um morro, a relação entre cidade e cidadania – a cidade como objeto de desejo utópico, como um lugar distintivo de pertença em uma ordem espaço-temporal em movimento perpétuo -, tudo isso confere à cidade um significado que mobiliza um imaginário político crucial⁷

A cidade que convergiu também divergiu. As resistências de ambas as partes permitiram análises cada vez mais intensas sobre as

dimensões das ações coletivas, os níveis de exclusão e o movimento muitas vezes contraditório das atuais políticas públicas.

O cenário neoliberal de reprodução da lógica capitalista deu origem a construção de novos espaços, subjetivos e objetivos, materiais e imateriais de resistência que se construíram no processo histórico e permitiram que suas experiências pudessem redimensionar as estratégias de luta transformando as suas próprias ações. Como afirmava Marx e Engels “as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias”⁸. O novo tecido social articulado com o sistema do capital global criou as bases objetivas da intensificação da exploração e seus imperativos construíram o território e o conteúdo manifestado pelos movimentos sociais e suas bandeiras de lutas.

A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc.) que emerge de uma textura histórica específica – a temporalidade neoliberal). Ela é o elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativista; além, é claro, da fragmentação social nas cidades em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho⁹.

No caso da América Latina é preciso recordar a grande transformação regional que o continente passou por conta do poder político e das influências externas que conduziram a um ajustamento estrutural que trouxe grandes assimetrias e que acentuaram a

precarização e a exploração do trabalho no campo e na cidade. O volume da dívida externa aumentou drasticamente em função da elevação das taxas de juros e a consequente suspensão de novos empréstimos. As políticas de ajuste estrutural executadas sob a liderança do FMI e do Banco Mundial conduziram os Estados a adotarem um novo aparato jurídico articulado com o livre mercado favorecendo a abertura para o capital internacional e alargando sua capacidade transnacional. Desta forma se dava a integração subordinada ao centro do sistema mundial e a introdução da programática neoliberal definidas no Consenso de Washington cumpriu seu papel junto aos Estados latino-americanos que ajustaram suas ações políticas como forma de garantir sua integração e a expansão de seus interesses na nova lógica do capital mundializado.

No Brasil os movimentos sociais, mais precisamente a luta sindical e operária tão atuantes em décadas anteriores, passou também por reestruturação ideológica, política alterando em boa medida sua práxis que, diante das mudanças. As mudanças na política econômica e na dinâmica produtiva, assim como a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1989, colaboraram para ajuste de estratégias e a conformação de uma nova prática sindical. No seu histórico, principalmente nas greves que ocorreram no ABC paulista no final da década de 1970, praças, avenidas e até mesmo um estádio de futebol foram ocupados a fim de demonstrar o grau de insatisfação e também o grau de organização da classe trabalhadora metalúrgica. O sindicalismo de base alargou a atuação do sindicato e permitiu uma

maior integração dos filiados nas ações organizacionais e políticas que contribuíram para expressivos movimentos por toda a década de 1980.

Nos anos de 1990 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) optou por um sindicalismo propositivo que, em teoria, uniria a ação negociadora ao perfil reivindicativo da classe trabalhadora. Com o tempo os espaços que se abriam davam conta de um sindicalismo negociador, com trabalho de cúpula mais acentuado do que o trabalho de base e a opção por discutir as mudanças do mundo do trabalho por conta da reestruturação produtiva no interior das Câmaras Setoriais, espaços privilegiados de discussão entre líderes sindicais, patronato e representantes do governo.

Foi duro o golpe que os trabalhadores sentiram com as demissões em massa no princípio da década de 1990 e a recomposição da classe trabalhadora dentro dos moldes da reestruturação produtiva mudou o perfil do operariado. Jovens, formados em cursos técnicos e sem experiência sindical se deparou com um movimento sindical que caminhava por outras estratégias e se afastava das suas bases.

Andaram muitas vezes por ruas paralelas e convergiram muito menos do que o momento precisava. São mudanças que não podem ser desconsideradas nesse novo percurso do sindicalismo nacional assim como é de grande importância discutir as divergências e a emergência de tendências políticas diversas no interior da Central Única dos Trabalhadores, no Partido dos Trabalhadores, assim como no mais importante grupo de sua base, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e que definiram os rumos do sindicalismo nacional.

Essas disputas políticas no interior de cada organização ajudam a compreender o rearranjo de forças e as opções adotadas no início da década de 1990¹⁰ e que colaboraram para a transformação do protesto social em transformismo político.

A neoliberalização do Estado brasileiro e a reestruturação produtiva produziram uma nova morfologia laboral que redefiniu a produção e seus padrões, demitiu e excluiu do mundo do trabalho parcelas significativa de profissionais e precarizou de todas as formas aqueles que permaneceram em seus postos. Os impactos deste processo também foram sentidos no rebaixamento do nível de vida, na condição de ter e de manter habitação, escola, alimentação. Os impactos desta nova conformação se contrastam com a “modernidade” neoliberal e sua expansão se converteu em problemas de ordem cada vez mais complexa. A lógica neoliberal aumentou gradativamente seus domínios atingindo outras esferas da vida social. A alteração da perspectiva das políticas de estado colaborou com um aumento da mercantilização do setor imobiliário, de mobilidade urbana e transformou o viver na cidade em uma relação meritocrata.

Estamos nos referindo a um processo político e econômico que, no caso do Brasil, construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano modernista/funcionalista importante instrumento de dominação ideológica: ele contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo etc.) convive com a racionalização fraturada, mas dissimulada¹¹.

Os planejamentos urbanos e seus aparatos regulatórios orientaram o crescimento das cidades reestruturando normatizando os novos padrões de ocupação do solo. Apoiados nesta nova racionalidade, contribuíram para uma modernização de caráter excludente e incompleta que, ao tempo, transformou a moradia em ativo financeiro que passou a submeter as moradias à lógica do mercado. Com isso a população com menor renda foi expurgada para a periferia e foram, muitas vezes, levadas a ocupar terrenos particulares.

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos de nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana mundo afora. No mínimo, a penetração do capital em cada um dos cantos do mundo ‘subdesenvolvido’ só agravou esse problema. Ele prometia ‘modernização’, mas, depois de muitas décadas de intervenção trombeteadas em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural¹².

Os novos conflitos sociais que surgiram na constituição do neoliberalismo no Brasil tiveram como epicentro o aprofundamento da marginalidade e da exclusão social, provocadas pelo processo de precarização do mundo do trabalho. A mundialização do capital amplificou a regulação da vida e constituiu novas formas de opressão pela via da desinstitucionalização, que flexibilizou parte significativa do papel do Estado, rompendo com suas políticas de bem-estar, e constituindo novas relações sociais contrapondo os movimentos sociais essa nova lógica de atuação. A partir desta nova morfologia social um

novo projeto societário é erguido pela regulação, opressão e concorrência entre os sujeitos.

É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtos imediatos (a forma dessa relação sempre corresponde naturalmente a dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e da produtividade social do trabalho) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política específica do Estado numa época dada¹³.

A construção das individualidades e da lógica da concorrência propostas neste projeto societário neoliberal se encontra na regulação econômica e no protagonismo do Estado. Os pontos nevrálgicos da sua relação constroem novos campos representativos de luta dando sentido aos embates do final do século XX e no século XXI. Em contraposição à “cidadania” e à “modernidade” propostas pelo esquema neoliberal, seu conteúdo geracional, surgem novos movimentos e novas formas de organização empunhando diversas bandeiras, temas e formas de engajamentos porque atingem diretamente outras esferas da vida social dando origem a diferentes problemáticas. Os antagonismos produzidos se confrontam diariamente com os grupos sociais marginalizados historicamente. É na lógica da concorrência e da meritocracia que as relações sociais devem se reproduzir seja em qual espaço for. E é por conta dessa lógica que as lutas sociais passaram a ser observadas com mais intensidade em outras instâncias e esferas da vida porque contrastam com os direitos historicamente conquistados, com direitos que precisam ser efetivados e com as diferenças sociais.

O conteúdo geracional da meritocracia também fez emergir o discurso conservador que se sobrepõe aos interesses de classe, aos problemas sociais de caráter histórico, resiste e agride os grupos que lutam por integração, direitos e respeito. Esse pensamento que se solidifica tenta diluir, eliminar e constranger os que buscam espaços a partir de políticas sociais.

A luta e os temas, portanto, rompem com os tradicionais espaços de debate e passam a ocupar novos territórios que correspondem a um deslocamento importante do conteúdo e da forma dos movimentos sociais. Isso não significa ruptura com os movimentos operário e sindical ou qualquer outro movimento, mas sim a ocupação de outros espaços e um forte protagonismo frente as particularidades e especificidades das problemáticas trazidas pelo neoliberalismo, o que por si só é suficiente para afirmar a permanência do caráter classista das lutas sociais.

A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhe são próprias. É a unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. As contradições, na maioria das vezes, explodem, cotidianamente, invisíveis. Bairros e pessoas pobres, assaltos, lixo, doenças, engarrafamentos, drogas, violência, exploração, mercado de coisas e de corpos transformados em coisas. As contradições surgem como grafites que insistem em pintar de cores e beleza a cidade cinza e feia. Estão lá, pulsando, nas veias que correm sob a pele urbana.¹⁴

A reconfiguração das bandeiras de luta também reconfigurou os territórios de luta. Os movimentos populares urbanos e do campo protagonizaram na década de 1990, e continuam protagonizando

inúmeras manifestações de caráter emergencial. Atingidos diretamente pela hegemonia do capital financeiro e pelo novo papel do Estado no processo de neoliberalização, os sindicatos viveram períodos de refluxo na tentativa de se projetar diante deste novo cenário¹⁵.

Nesta complexidade que a formação do proletariado ocorre constituindo novas resistências frente à dominação capitalista de vertente neoliberal e na governabilidade por ela proposta que entende o crescimento econômico como condição prévia para tratar das demandas sociais, abdicando de seu papel social. Além dos trabalhadores constituintes das relações mais tradicionais de produção, o eixo dos movimentos sociais se desloca para uma base social cada vez mais heterogênea, empregados e subempregados, terceirizados e estagiários e as classes trabalhadoras que se organizam por meio de demandas específicas, ocupam outros espaços (escola, trabalho, lazer...) e paralisam não as fábricas, mas a cidade, inibindo sua circulação, bloqueando estradas, ruas e avenidas, ocupando praças e deslocando os manifestantes pelas vias mais importantes.

Discutir suas demandas em locais onde antes eram privados de estar, ocupar a cidade e realizar marchas e bloqueios tornaram-se as formas políticas e organizacionais destes novos movimentos que, ao tempo, ultrapassaram a luta por necessidades imediatas e se inseriram no campo das transformações estruturais que impulsionaram suas lutas pelo direito à terra e à cidade e a sua própria existência. Neste sentido o espaço público retomou seu protagonismo e a cidade da exclusão se transformou em cenário de luta e tornou mais clara sua relação conflituosa. A simbologia do espaço público, da cidade para o cidadão

foi novamente recomposta pela ideia de território de manifestações que vão desde a luta pelo transporte público gratuito, representado pelo Movimento Passe Livre, aos movimentos de ocupação de prédios públicos, como os protagonizados pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) assim como aos vários outros movimentos que paralisaram rodovias contra a reintegração de posse.

Em 2013 na cidade de São Paulo protagonizou uma série de manifestações que tiveram como tema o transporte público. Lideradas pelo Movimento Passe Livre as manifestações ocuparam praças e ruas e demonstraram alto grau de heterogeneidade. As primeiras manifestações foram tratadas com enorme violência por parte da polícia militar. Tãmanha foi a truculência e o uso das chamadas “armas não letais” que os manifestantes passaram a levar em suas mochilas frascos com vinagre, considerado produto inibidor dos efeitos dos sprays de pimenta usados pela polícia. No auge do confronto estudantes e jornalistas foram alvejados com balas de borracha o que provocou a perda da visão de algumas pessoas. As manifestações eram diárias e se espalharam pela cidade, pelo estado de São Paulo, aumentando, expressivamente sua abrangência geográfica.

Ao mesmo tempo que ultrapassava as formas de organização já estabelecidas, o teor explosivo das mobilizações apontava para as contradições que o produziam, imbricadas no sistema de transporte coletivo, ponto nodal na estrutura social urbana. O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto do seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo critérios da concentração de renda, aqueles que podem circular

pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho.¹⁶

O transporte público e o direito à mobilidade foram temas que motivaram o Movimento Passe Livre bem antes das grandes manifestações em São Paulo. Com destacada participação na chamada Revolta do Buzu, em Salvador no ano de 2003 e na Revolta da Catraca em Florianópolis nos anos de 2004 e 2005, o movimento realizou um grande congresso em 2006 que contou com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Florestan Fernandes, em Guararema, sede do Movimento Sem Terra¹⁷.

De lá para cá as discussões em torno do tema mobilidade urbana ganhou destaque e estudos comprovaram ser possível uma cidade sem catracas¹⁸. Cidades como França, Espanha, Dinamarca, Alemanha, Indonésia, Colômbia e Inglaterra elaboraram planos de mobilidade na tentativa de transformar a relação da população com o espaço urbano desacelerando o uso de automóveis e incentivando o uso da bicicleta, por exemplo.

As manifestações contra o aumento da tarifa expressavam em seu teor que o movimento não apenas estava criticando o acréscimo de 20 centavos de real no valor das passagens, mas o modelo de mobilidade urbana que incentiva o uso do transporte individual, que trava constantemente o trânsito e emite índices alarmantes de monóxido de carbono no ar e que apenas contribui com maior consumo de

automóveis e combustíveis. Atende aos interesses do capital, que prioriza o transporte individual, mas fragiliza em vários níveis a qualidade de vida das pessoas que vivem na cidade.

As manifestações se tornaram cada vez maiores, ao mesmo tempo em que também passaram por mudança no perfil dos manifestantes tornando os temas mais heterogêneos e complexos. Os cartazes empunhados por jovens e adultos de classes sociais diversas davam conta desses novos e complexos interesses, revelando contradições e outros paradoxos que foram convergindo naquelas manifestações. O direito à mobilidade foi fortemente interseccionado com outras questões fundamentais e constitutivas da questão urbana abandonadas pelo Estado como parte do modelo de desenvolvimento urbano neoliberal.

Há que se dizer que os rumos das manifestações das chamadas *Jornadas de Junho* foram bastante alteradas neste momento. A repressão policial, o ataque a jornalistas e a mudança de foco da mídia sobre o movimento transformou sensivelmente o perfil dos manifestantes assim como sua orientação ideológica.

Na manifestação de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviram para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarela aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário.¹⁹

Essa mudança de direção conduziu as jornadas de junho a uma importante mudança representativa e das pautas das ruas. Houve um esvaziamento das demandas da esquerda e da própria forma de ser do movimento. Seu caráter multifacetado sobrepôs as representações conservadoras e uma mudança significativa das demandas. O nacionalismo exacerbado, faixas e cartazes expurgando partidos (principalmente o Partido dos Trabalhadores), grupos neonazistas, aliados a setores das comunicações alinhados a esses temas, conduziram as manifestações para outras representatividades e para outros temas como, por exemplo, o combate à corrupção encerrando, assim, as pautas construídas de baixo para cima esvaziando em forma e conteúdo os protestos conduzidos pelo Movimento Passe Livres.

O capital financeirizado tomou a frente de pontos fundamentais do viver na cidade: o transporte individual, a escola particular, o crescimento mobiliário, a valorização ou desvalorização do espaço público, desapropriações. São estes elementos de um mesmo e contraditório cenário: a modernização e a exclusão. O neoliberalismo se tornou o intercâmbio político e econômico, o elo de expansão e dominação do capital sob diferentes métodos consolidando formas de exploração e exclusão, utilizando a máxima do desenvolvimento e modernização. Seus novos paradigmas imputaram novas formas de subordinação.

Evidente que a questão urbana moderna tornou-se resultado deste processo e a cidade, mais uma vez, é o reflexo da reprodução da força de trabalho e a luta de classe e o espaço de conflitualidade. É território, também, das grandes disputas imobiliárias e daqueles que

querem ter dele melhores condições de vida. O patrimônio que a população mais pobre herdou foi a marginalidade. Apesar das distâncias temporais, as misérias e os processos de exclusão continuam validados pela forma e velocidade como a modernização financeira caminha.

As questões ambientais, demográficas e urbanas assumem papel fundamental na agenda das políticas municipais e estaduais. A subordinação do território ao capital financeiro ultrapassa os limites da cidade e atinge as terras indígenas e quilombolas²⁰. As mudanças implementadas na legislação permitiram o uso de agrotóxicos, de transgênicos e, fundamentalmente na mudança do chamado Código Florestal.

As chamadas cidades ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados. Na cidade de Nova York, durante o boom da década de 1990, o salário médio de Manhattan subiu à substancial taxa de 12%, mas nos bairros vizinhos caiu de 2 a 4%. As cidades sempre foram lugares de desenvolvimento geográfico desiguais (às vezes de um tipo completamente benevolente e entusiasmante), mas as diferenças agora proliferam e se intensificam de maneiras negativas, até mesmo patológicas, que inevitavelmente semeiam tensão civil. A luta contemporânea de absorver o mais-valor durante a fase frenética de construção da cidade (basta observar o horizonte das cidades de Xangai, Mumbai, São Paulo e Cidade do México) contrasta dramaticamente com o desenvolvimento de um planeta onde proliferam favelas²¹.

Se a cidade se constitui como um corpo coletivo e local de formação dos direitos políticos é fundamental que discutamos como o

Projeto História, São Paulo, v. 60, pp. 221-251, Out-Dez, 2017.

neoliberalismo transformou as estruturas da governança. A construção de uma hegemonia ideológica e prática de um modelo de políticas públicas é o ponto de inflexão que constituiu tanto a ampliação das fronteiras de mercado como as situações de vulnerabilidade e a submissão das formas de existir no território. As políticas públicas, espaço privilegiado do Estado para a constituição e execução de inclusão social pelo modelo neoliberal, reproduzem apenas a lógica do endividamento renunciando ao papel de gerir, integrar e distribuir a riqueza.

A propriedade imobiliária (*real estate*) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro. A crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e ‘criativos’ vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar o conceito de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público²².

Desta forma as novas fronteiras de acumulação do capital aliados a uma nova estrutura do sistema financeiro constituíram práticas que tornou a casa uma mercadoria e ativo financeiro e o cidadão em consumidores através da “socialização” do crédito, constituindo, portanto, novo espaço para a acumulação do capital.²³

É no desmonte dos principais componentes institucionais, a chamada desinstitucionalização do Estado, que sustentavam a política de bem-estar social, que se opera a desregulamentação do mercado, permitindo total mobilidade do capital, reestruturando sob essas

premissas as formas de viver na cidade, desconstruindo direitos e convertendo as políticas públicas espaço privilegiado da inserção social.

Assim, a marginalidade e a exclusão históricas, com a adoção das políticas neoliberais, encontraram um cenário para sua maior expansão contribuindo para problemas sociopolíticos ainda mais intensos. Neste sentido grupos importantes irrompem na cena urbana como resultado da aceleração e conseqüente desregulamentação do mercado de aluguéis e aquisição de habitação de forma geral.

É no interior do Movimento Sem Terra, durante a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça ocorrida em 1997, que se constitui o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Foi em Campinas que os militantes passassem a analisar, também, os problemas sociais urbanos. Na ocasião um terreno no Parque Ociel foi ocupado, sendo este a primeira experiência de ocupação na cidade²⁴.

A gestação do movimento de ocupação urbana passou por estruturação, críticas e diversos debates. A forma de ocupação da cidade se distinguia daquela praticada no campo. Eram novos componentes e novas forças que seriam enfrentados e as reivindicações por moradia e planejamento habitacional urbano foram temas que aprofundaram suas formas organizacionais. Até 2008 a estratégia desempenhada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto foi a ocupação, mas no Encontro Nacional foram discutidas as estratégias de atuação e o Plano de Atuação do MTST. A ampliação e consolidação das lutas, principalmente no Estado de São Paulo, chamado de “estadualização do MTST” incluía cidades do interior do estado e intensas ações de interrupção do tráfego (“trancaços”) nas principais rodovias.

As ações escolhidas pelo MTST (marchas, paralisação do tráfego, ocupação de áreas e prédios, públicos e privados sempre provocaram intensos confrontos com a polícia militar, mas foi a forma que o movimento escolheu para chamar a atenção da opinião pública e forçar a abertura de negociações com o governo estadual.

Em tempo outras estratégias foram agregadas às formas organizativas do MTST, como por exemplo, o acorrentamento de militantes aos portões do prédio, em São Bernardo do Campo, onde o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantinha um apartamento. Na ocasião o movimento conseguiu abrir um canal de diálogo com o Ministério das Cidades e a possibilidade de incluir famílias ao programa Minha Casa, Minha Vida²⁵.

As ações e atuação dos movimentos sociais procuraram dar visibilidade aos conflitos da que a sociedade neoliberal ergueu construindo espaços e organizações que os transformaram, muitas vezes, nos representantes e negociadores de interesses sociais coletivos. Procuraram ser interlocutores e críticos da exclusão social e do direito à moradia redefinida pelo novo protagonismo do estado.

O modelo neoliberal nos sufoca. O dinheiro que vai para o bolso de banqueiros e especuladores como pagamento de uma dívida impagável seria mais que suficiente para resolver os problemas de habitação, infra-estrutura urbana e serviços no país.²⁶

Atualmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto está organizado em sete estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Tocantins, Roraima, Pernambuco e Ceará) e as propostas de atuação abrangem uma articulação mais ampla com a chamada Frente de

Resistência Urbana que envolve ainda Movimento Popular Por Moradia, do Paraná; o Movimento de Luta Popular, do Pará; a Caravana da Periferia, do Ceará; o Movimento das Famílias Sem-Teto, em Pernambuco; o Movimento Terra Livre. Apesar desse mosaico de movimentos que integram o MTST existe um objetivo em comum que envolve trabalho de base e suas formas de atuação.

O líder MTST, o filósofo Guilherme Boulos, destacou em entrevista para a revista Caros Amigos o papel e a atuação do movimento,

O MTST, em primeiro lugar, não é um movimento de moradia. Nós não nos definimos como movimento de moradia e essa talvez é uma das diferenças para os demais movimentos que atuam nesse campo. Nós nos definimos como um movimento territorial, que atua nas periferias urbanas, organizando os trabalhadores dessas periferias através dos territórios, mas que tem como mote, uma alavanca, um mote imediato, o tema da moradia. O fato de a gente pensar em projeto político mais amplo, não quer dizer que nós não temos uma proposta habitacional. Nós temos. O MTST tem uma política habitacional, dentro de um projeto de reforma urbana. Porque, para nós, ficar discutindo pequenos detalhes de política habitacional não nos leva a avançar muito. Nós precisamos inverter a lógica que hoje impera na cidade que é a lógica da especulação imobiliária, a lógica da privatização do espaço, a lógica em que o setor imobiliário, empreiteiras, incorporadoras, proprietários de terra, controlam a forma de administração, gestão, expansão urbana. Para reverter essa lógica são necessários alguns passos. E são esses passos que o MTST busca fortalecer com as suas mobilizações²⁷.

Os debates internos sobre os caminhos e os resultados das políticas neoliberais no Brasil, fundamentalmente a desconstrução da ideia de caráter social da moradia e que foi substituída pelo viés privatista e de mercado, davam conta da necessidade de se compreender não apenas lógica do capital e sua nova sociabilidade, como também os caminhos que precisavam ser traçados e executados para que a reforma urbana incluísse os habitacionalmente marginalizados. Neste processo, não descartaram o diálogo com as autoridades públicas e nem deixaram de dialogar com partidos políticos como forma de avançar em suas demandas.

Sem dúvida alguma nós conseguimos uma enorme vitória, arrancando compromissos do governo Federal em relação à pauta do movimento. Dos quatro pontos da nossa pauta, conseguimos arrancar compromisso em relação a três. Primeiro, vai ser lançada a criação de uma comissão interministerial de prevenção de despejos forçados, envolvendo Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério das Cidades, Ministério da Justiça e Secretaria Geral da Presidência. Para monitorar despejos e evitar barbáries em reintegração de posse. Isso é uma vitória. Segundo, conseguimos mudanças no programa “Minha Casa, Minha Vida” das entidades. Hoje, parece que tudo é feito para dificultar a gestão direta. Então, a entidade só podia construir mil unidades simultaneamente. A empreiteira pode construir 20 mil, 30 mil. Quer dizer, a entidade não podia gerir recursos, mas nós conseguimos quadruplicar. A partir de agora, serão quatro mil unidades simultaneamente por entidade. Por que eu digo simultaneamente? Porque se eu entrego 500 unidades, eu libero mais 500 da minha cota. Terceiro, conseguimos garantir alteração em uma portaria no Ministério das Cidades, que era a portaria 595, de

dezembro do ano passado, que dizia que 75% do atendimento do “Minha Casa, Minha Vida” tinha que ser para área de risco. Era uma distorção, porque área de risco representa 20% do déficit habitacional. Era uma coisa absurda, feita por burocrata, que não respondia à necessidade real. Conseguimos garantir ainda que para o ‘Minha Casa, Minha Vida 3’, vai ser aumentada, reajustada, a faixa de renda. Porque a gente sempre trabalha, o IBGE trabalha, com menos de três salários mínimos, só que o governo congelou isso em 1.600 reais, que são três salários mínimos de 2010. Agora já é 2.100 reais²⁸.

Muitos sem-teto estão presentes em algumas bases sindicais, assim como existem experiências conjuntas com o CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), com a Intersindical e outros sindicatos combativos.

O aprofundamento das suas demandas significou também o aprofundamento dos confrontos com o Estado, principalmente em São Paulo, e a conseqüente violência e criminalização das suas lutas que se contrapõem ao exercício da democracia, sendo esta uma forma sensível de se observar a fragilidade dos direitos historicamente constituídos no Brasil. Desde o ano 2000 o movimento sofreu vários processos de reintegração de posse com enorme truculência, despejos e repressão por parte do Estado. Precisou se rearticular por inúmeras vezes desencadeando nova série de ocupações a partir de 2005.

Vale recordar que em uma perspectiva histórica que a violência e a criminalização das lutas são expressões da particular formação social pela qual o país passou. A jovem democracia brasileira e sua Carta Constitucional de 1988 preservaram estruturas de controle militar que ainda hoje servem de aparato para as investigações assim como o uso da *Projeto História, São Paulo, v. 60, pp. 221-251, Out-Dez, 2017.*

força. A democracia é contrastante e expressa, sem dúvida, a fragilidade com que suas instituições se constituíram.

As políticas públicas, fundadas na lógica da ‘integração’ da América Latina aos países hegemônicos, significam a permanência dos vínculos sociais, políticos, econômicos, científicos, culturais, diplomáticos e militares na condição de subordinação. Nessa lógica, o Estado – que, classicamente, aparenta ser distinto das forças sociais que o engendram – gesta políticas que não só não atendem às necessidades sociais, mas se contrapõem a elas, atingindo, por vezes, até mesmo os segmentos da burguesia que lhe dão sustentáculo²⁹.

Além das permanências políticas, que são marcas profundas das formas de sociabilidade no Brasil, é conveniente destacar os inúmeros interesses que passam a fazer parte das regras do jogo neoliberal. Para além das dimensões política, cultural e histórica as cidades constituíram território conflituoso e excludente que fortaleceram o papel do mercado como instância ativa para a dominação econômica e ideológica de formação de consenso.

As cidades também se transformaram em polos interligados internacionalmente, atendendo as demandas da globalização e unificando mercados. Desta forma elas extrapolam sua importância regional e adquiriram status de “mercados emergentes” como o capital internacional convencionou a chamar em tempos de “globalização”³⁰. Os impactos sociais negativos desta nova face das cidades puderam ser sentidos em muitas outras partes do mundo e muitas de suas mazelas correspondem ao que vivemos.

A transnacionalização das economias, que representa o relacionamento e a integração de ordem econômica, política e jurídica se alargam mundialmente por meio da flexibilização e da inclusão de novas normativas que regulam ações e que transcendem as chamadas fronteiras nacionais. Neste processo as grandes cidades adquiriram caráter decisivo e estratégico na formação dessa teia de relações políticas e econômicas viabilizadas pelas políticas neoliberais. Seus efeitos são bastante contraditórios. Mesmo em países cujas leis sociais ainda são respeitadas há um constrangedor avanço das misérias e a constante diminuição das oportunidades de trabalho, aumentando drasticamente a população sem ocupação e morando nas ruas. Nos países latino-americanos o problema é ainda maior. A flexibilização das leis trabalhistas e as reformas fiscais e previdenciárias se transformaram em instrumentos de ajustes e neles estão implícitos processos de individuação mediados pelo objetivo da produção capitalista, a acumulação de riqueza monetária, deixando para a população ônus do desemprego e da precarização do trabalho e da vida.

Ao atingir outros níveis do cotidiano, novas zonas de conflitos sociais e outros campos de disputa surgem e percebemos que a dinâmica dos movimentos sociais adquiriu nova objetividade. O avanço da programática neoliberal e seu conteúdo geracional atingiram outras questões relevantes. O desencadeamento intenso do movimento feminista, LGBT e do movimento negro demonstram que ainda há muitos e novos espaços a serem analisados. Já são inúmeros os grupos, encontros e trabalhos que tem discutido e avançado o que reflete o tamanho do conflito e da subjetividade que ora nos deparamos. Os novos espaços de conflitualidade questionam os consensos que são

construídos e desencadeados pela ideologia neoliberal. A construção do mérito e do trabalho como meio de crescimento pessoal e profissional impulsionam a concorrência e obstaculizam a aderência das políticas de cunho social. O governo e, conseqüentemente a sociedade, criminalizam o direito a inclusão pelo exercício daquilo que está nitidamente expresso em termos constitucionais. Este é o campo de disputas engendrado pela agenda neoliberal e pulverizado sobre a sociedade.

Notas

* Doutora em História Social pela PUC-SP e professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins. ORCID: 0000-0002-3519-4592

¹ CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996. p. 17.

² Utilizamos aspas na palavra para destacar o momento político complexo de convergência de forças políticas, mas principalmente para apontar o caráter negociador e conciliadora como saída para o processo de redemocratização do país. Portanto, a gênese da palavra não atesta o que de fato ocorreu no Brasil sendo necessário o uso das aspas para designar tal particularidade.

³ DINIZ, Eli. Globalização, reformas econômicas e elites empresariais. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 59.

⁴ DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato. Empresários e constituinte: as continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. In: CAMARGO, A, DINIZ, Eli (orgs). Continuidades e mudanças no Brasil da Nova República. São Paulo: Vértice, 1989.

⁵ GROS, Denise B. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. Civitas-Revista de Ciências Sociais. V. 3, nº 2, jul-dez, 2003. pp. 274-5.

⁶ LEFEBVRE, Henri. The production of space. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

⁷ HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 22.

⁸ MARX, Karl, ENGELS, F. Sobre a produção da consciência. In: FERNANDES, Florestan (org). São Paulo: Ática, 1984. p. 204.

⁹ ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil Neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009 p. 189-190.

¹⁰ SANTOS, Joana Darc Virgínia dos. As administrações petistas em Diadema (1983-1996): entre o poder político e as demandas sociais. Doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2014.

¹¹ MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. A

cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

¹² MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 92.

¹³ MARX, Karl. O capital – livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 907.

¹⁴ IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013. p. 41.

¹⁵ SCOLESO, Fabiana. Reestruturação produtiva e sindicalismo metalúrgico do ABC paulista: as misérias da era neoliberal na década de 1990. Tese de doutorado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2009.

¹⁶ MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013. p. 15.

¹⁷ Para mais informações acessar: <http://tarifazero.org/mpl/>

¹⁸ CASTRO, Isabel Thees. Cidade sem catracas: pensando a cidade da livre circulação. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. PUC/RJ. Rio de Janeiro, 2016.

¹⁹ SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/ Carta Capital, 2013. p. 74.

²⁰ Não trataremos especificamente destes temas neste artigo, mas indicamos ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'Dwyer, Eliane Cantarino. Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002; CARVALHO, José Jorge de (Org). O Quilombo Rio das Rãs: histórias, tradições e lutas. Salvador, EDUFBA, 1995; GOMES, Flávio dos Santos e REIS, João José (Orgs). Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; TEVES, Ramón Pajuejo. "Identities en Movimiento. Tiempos de globalización, procesos sociopolíticos y movimiento indígena en los países centro andinos". Colección Monografías, N° 3. Caracas: Programa Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales, CIPOST, FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

²¹ HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013. p. 29.

²² ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 14.

²³ Para mais ver AALBERS, Manuel. The financialization of home and the mortgage market crisis. Competition & Change. v. 12. n. 2, jun/2008. Ver também: ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. v. 9, n. 2, 2007.

²⁴ BENOIT, H. Entrevista Assentamento Anita Garibaldi – Movimento dos Trabalhadores Sem-teto. Revista Crítica Marxista, n. 14, 2001.

²⁵ O Programa Minha Casa, Minha Vida é uma política habitacional urbana e rural instituída em março de 2009 pela Medida Provisória 459/09 pelo governo Federal e sancionada como Lei N° 11.977 pelo presidente em exercício José de Alencar com o objetivo de permitir o acesso à casa própria para famílias de baixa renda.

²⁶ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. Manifesto Popular de 28 de março. Disponível em: <http://www.mtst.org.br>. Acesso em: 11/12/2016.

²⁷ Entrevista com Guilherme Boulos. Revista Caros Amigos, 10/dez/2015. <http://www.carosamigos.com.br/index.php/grandes-entrevistas/5735-entrevista-guilherme-boulos> Acessado em 11/12/2016.

²⁸ Idem Ibidem.

²⁹ VIEIRA, Vera Lúcia. Criminalização das lutas sociais em estados autocráticos burgueses. Revista Projeto História. São Paulo, (31), p. 189-205, dez. 2005. p. 8.

³⁰ FIORI, J.L. Em busca do dissenso perdido. São Paulo: Insight, 1995.